



Prova escrita objetiva – Nível Superior

ANALISTA ADMINISTRATIVO

Typo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **1 hora e trinta minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

1

Em manchete de janeiro de 2015, um jornal esportivo dizia o seguinte: “Vasco e Flamengo talvez joguem em São Paulo!”.

A manchete traz ambiguidade por causa de um problema de construção, identificado como:

- (A) emprego de palavras de duplo sentido;
- (B) mau uso da coordenação;
- (C) indistinção entre agente e paciente;
- (D) duplicidade de referências possíveis;
- (E) omissão indevida de termos.

2

Considerando-se a relação lógica existente entre os dois segmentos dos pensamentos (Millôr Fernandes) adiante citados, o espaço pontilhado que NÃO poderá ser corretamente preenchido pela conjunção mas é:

- (A) Guio bem, o motor do meu carro sempre foi pra mim um mistério insondável.
- (B) Condenam-se muito os excessos, também há um limite para o mínimo.
- (C) Eu sofro de mimfobia, tenho medo de mim mesmo, me enfrento todo dia.
- (D) A pobreza não é necessariamente vergonhosa, há muito pobre sem vergonha.
- (E) Pobreza extrema é quando uma pessoa não entra na favela, acha aquele ambiente grã-fino demais para ela.

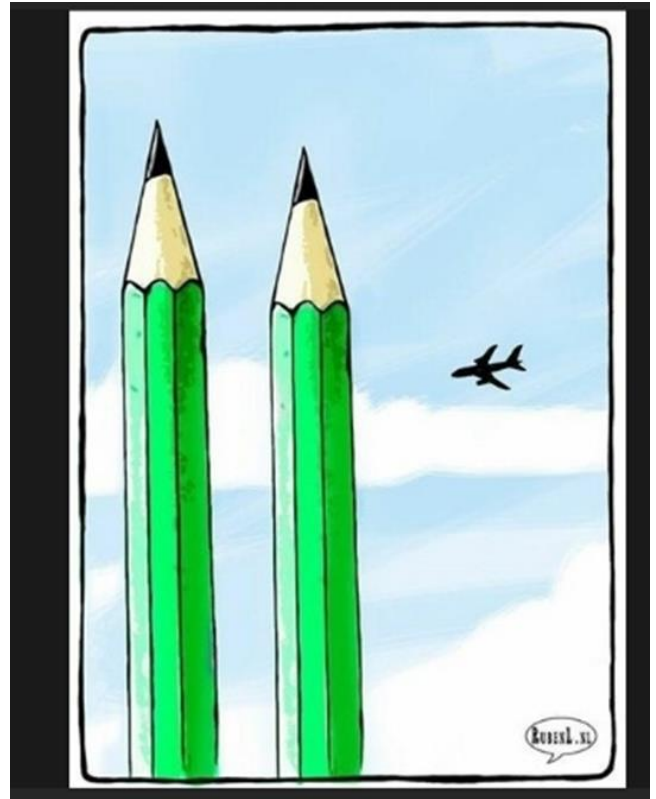
3

A única frase que NÃO apresenta desvio em relação à concordância verbal recomendada pela norma culta é:

- (A) A lista de assinantes da revista, uma vez autenticada pela direção, mostram profissões as mais estranhas possíveis.
- (B) Nenhum dos terroristas que vinham atacando alvos na Europa nos últimos meses apresentaram-se à Polícia.
- (C) Segundo a TAM, o voo teve seu atraso justificado, mas quem voaria para outros países foi transferido para outras companhias.
- (D) Os cães aprendem a andar com as próteses, equipamento que os ajuda a se deslocar de um lugar para outro.
- (E) Mas foram nos jogos da Copa do Mundo que a maioria dos jogadores conquistaram a fama que hoje justifica seus altos salários.

4

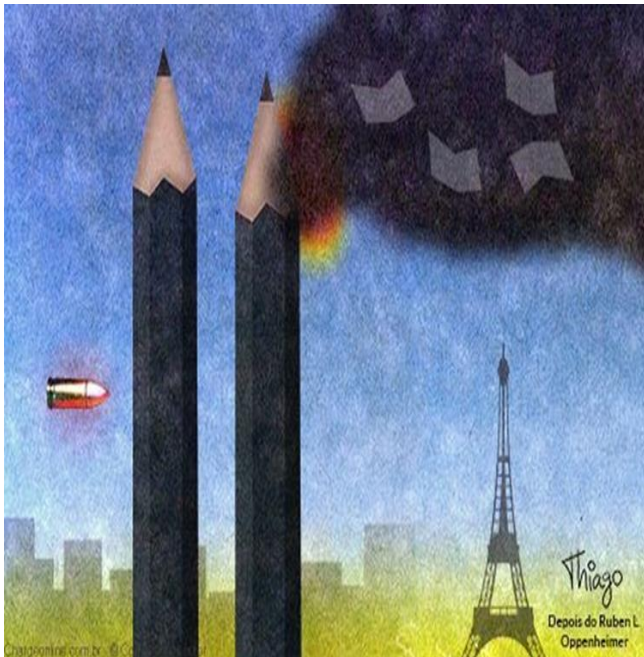
Observe a charge 1 abaixo, publicada por ocasião dos atos terroristas em Paris, em janeiro de 2015; a afirmativa INADEQUADA sobre a imagem é:



- (A) há uma referência clara aos ataques terroristas ocorridos nos Estados Unidos há algum tempo;
- (B) as imagens dos lápis indicam metonimicamente a profissão de algumas das vítimas;
- (C) a presença do avião indica a rapidez da comunicação com apoio da tecnologia nos dias de hoje;
- (D) a imagem mostra um ataque a valores culturais, aqui representados pela arte do desenho;
- (E) a imagem representa uma situação temporal anterior aos atentados e às mortes.

5

Observe, agora, a charge 2 a seguir; comparando-se essa imagem com a da charge 1, a afirmativa adequada é:



- (A) a bala à esquerda tem por alvo a Torre Eiffel;
- (B) a imagem da Torre Eiffel transfere a França para os Estados Unidos;
- (C) os lápis aqui representam as indústrias modernas;
- (D) a Torre Eiffel situa os atentados na cidade de Paris;
- (E) as folhas de papel no meio da fumaça mostram a relatividade da arte.

6

Observe agora a charge 3 sobre o mesmo tema. A afirmativa INADEQUADA sobre ela é:



- (A) a representação remete a uma famosa fábula, de que participam o lobo e a ovelha;
- (B) a ovelha indica a imprudência dos jornalistas na elaboração ofensiva das charges;
- (C) o lobo representa figurativamente a violência dos terroristas;
- (D) os personagens representam a disparidade de forças dos atos terroristas;
- (E) a ovelha mostra, em sua fala, a negação do direito à liberdade de expressão.

7

Na charge 3, a frase “Sabendo da sua intolerância” pode ser adequadamente substituída por:

- (A) Ao saber da sua intolerância;
- (B) Já que sei da sua intolerância;
- (C) Mesmo que saiba da sua intolerância;
- (D) Quando soube da sua intolerância;
- (E) Caso saiba da sua intolerância.

8

Na fala da ovelha (charge 3) há alguns problemas de correção; o fato linguístico que se opõe à norma culta da língua, nesse caso, é a:

- (A) mistura de tratamentos;
- (B) conjugação errada de verbos;
- (C) falha na concordância;
- (D) utilização de grafia errada;
- (E) ambiguidade de construções.

9

Num açougue, um pequeno cartaz dizia: “Aqui, a única carne fraca é a do açougueiro”.

Considerando-se a situação de comunicação, o cartaz mostra uma:

- (A) desvalorização do produto a ser vendido;
- (B) informação desabonadora sobre o comerciante;
- (C) mensagem comercial de fundo humorístico;
- (D) informação justificadora de preços mais altos;
- (E) estratégia de atração para clientes do sexo feminino.

10

“Se eu não tivesse desperto e escutado o barulho, os ladrões teriam entrado”, declarou o proprietário do imóvel.

Se reescrevermos a frase acima, corrigindo a impropriedade gramatical que nela ocorre, teremos:

- (A) Se eu não tivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões teriam entrado.
- (B) Se eu não estivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões tinham entrado.
- (C) Se eu não estivesse desperto e estivesse escutado o barulho, os ladrões tinham entrado.
- (D) Se eu não estivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões teriam entrado.
- (E) Se eu não tivesse desperto e tivesse escutado o barulho, os ladrões tinham entrado.

11

Entre as mensagens abaixo, a única que está de acordo com a norma escrita culta é:

- (A) Verifique os dados da conta a pagar. Clica neste botão!
- (B) Demonstra que você é esperto. Pague suas contas em dia.
- (C) Controla teu dinheiro e viaje tranquilo.
- (D) Não despreze as feias. Confira suas qualidades.
- (E) Em caso de fogo, procure os extintores. Pede o apoio da brigada.

12

“Geralmente gastavam pouco, mas como haviam recebido bastante na colheita do algodão, a caminhada foi cheia de paradas para compras”.

Reescrevendo-se o período, mantém-se o sentido original apenas em:

- (A) A caminhada foi cheia de paradas para compras, uma vez que haviam recebido bastante na colheita do algodão, dado que geralmente gastavam pouco.
- (B) Havia recebido bastante na colheita do algodão, a caminhada foi cheia de paradas para compras porque geralmente gastavam pouco.
- (C) Porque haviam recebido bastante na colheita do algodão, geralmente gastavam pouco, e a caminhada foi cheia de paradas para compras.
- (D) Ainda que geralmente gastassem pouco, a caminhada foi cheia de paradas para compras, pois haviam recebido bastante na colheita do algodão.
- (E) Em virtude de gastarem geralmente pouco e de haverem recebido bastante na colheita do algodão, a caminhada foi cheia de paradas para compras.

13

“Ao se apresentarem os projetos, chegou-se à seguinte conclusão: pôr em discussão esses projetos com outros menos caros equivaleria a julgar melhor o valor desses projetos, em vista do princípio geral que vem julgando os mesmos projetos”.

Transcrevendo o texto, substituindo as expressões sublinhadas por pronomes pessoais que lhes sejam correspondentes e efetuando as alterações necessárias, as formas adequadas seriam, respectivamente:

- (A) pô-los / julgar-lhes / os vem julgando;
- (B) por-los / julgá-los / vem julgando-os;
- (C) pô-los / julgar melhor o seu valor / vem-nos julgando;
- (D) por em discussão eles / julgar-lhes / os vem julgando;
- (E) por-los / julgar o seu melhor valor / vem julgando-os.

14

A única frase que NÃO apresenta desvio em relação à regência (nominal e verbal) recomendada pela norma culta é:

- (A) O deputado insistia em dizer que o tema principal do projeto seria “o transporte ferroviário”, com o que discordava a grande maioria.
- (B) Enquanto a Espanha participava de uma discussão no grupo dos países de fala hispânica, do qual não pediu para integrar, a situação dos demais era tranquila.
- (C) Em busca de rápido enriquecimento, os médicos escolhem cuidadosamente aonde trabalhar, dando prioridade à locais de mais fácil acesso.
- (D) Um grupo da comunidade vizinha encontrou um carro de bebê deixado por outro morador inconsciente com a limpeza do local.
- (E) O regulamento possibilita conseguir-se um dia preferir o lazer ao descanso, o amor ao interesse e à aventura, a tranquilidade.

15

Dos verbos assinalados, só está corretamente empregado o que aparece na frase:

- (A) O atual síndico quer crescer a arrecadação de condomínios em cerca de 40%.
- (B) Os candidatos participaram das provas sem que a chegada com atraso prejudicou a organização.
- (C) Se fazer cálculos sobre os resultados do concurso já era difícil, agora tornou-se mais problemático.
- (D) O treinador ficará contente quando vencer metade dos jogos e transportar os adversários mais difíceis.
- (E) Por mais que os jogadores se esforçam nos treinos, a colocação na tabela está cada vez pior.

Noções de Direito

16

A ordem constitucional de 1988, mantendo a tradição brasileira, seguiu o sistema federativo. Assim, a existência de uma Constituição Federal denota que:

- (A) todos os entes federados estão submetidos aos comandos estatuídos pela União, somente podendo legislar quando autorizados por esta;
- (B) a união dos entes federados é provisória, podendo ser dissolvida sempre que for o desejo do povo, que pode ser consultado em plebiscito;
- (C) todos os entes federados contam com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si;
- (D) existe uma descentralização política entre os entes federados, que exercem as competências ali previstas;
- (E) existe uma união indissolúvel entre Estados, Municípios, Territórios e o Distrito Federal.

17

A partir das diretrizes constitucionais a respeito da estruturação dos tribunais dos Estados, analise as afirmativas abaixo:

I – O Tribunal de Justiça sempre funcionará de forma centralizada, sendo vedado o aumento da despesa pública com a criação de órgãos colegiados fora da capital do Estado.

II – O Tribunal de Justiça deve ter as suas competências definidas na Constituição da República, o que assegura a unidade de organização entre todos os Estados da Federação.

III – É facultado ao Tribunal de Justiça propor, ao Poder Legislativo, a criação da Justiça Militar estadual, que pode contar com um Tribunal de Justiça Militar como órgão de segundo grau.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

18

Bernardo e Paulo estavam prestes a ser nomeados para ocupar cargos públicos no Estado de Santa Catarina, sendo certo que o primeiro ocuparia um cargo de professor, já que fora aprovado em concurso público, e, o segundo, um cargo em comissão. O Chefe da Diretoria de Pessoal comunicou que ambos estavam obrigados a apresentar declaração de bens por ocasião de sua posse, acrescentando que a declaração de Paulo seria publicada no órgão oficial do Estado. É possível afirmar, à luz da Constituição do Estado de Santa Catarina, que a conduta do Chefe da Diretoria de Pessoal é:

- (A) constitucional, pois todo agente público deve apresentar declaração de bens por ocasião da posse, mas somente a declaração do ocupante de cargo em comissão é publicada;
- (B) inconstitucional, já que informações de natureza patrimonial dizem respeito à intimidade do agente público;
- (C) constitucional, pois o princípio da hierarquia autoriza que cada órgão administrativo defina as regras de conduta a serem observadas pelos agentes públicos inseridos em sua estrutura;
- (D) inconstitucional, já que, por imperativo de isonomia, não poderia ser estabelecido tratamento diferenciado entre Bernardo e Paulo;
- (E) constitucional, pois o direito à intimidade não pode ser invocado pelos agentes públicos, adstritos que estão, em todos os atos de sua vida, ao princípio da publicidade.

19

Paulo, presidente da mais importante empresa pública do Estado de Santa Catarina, foi acusado da prática de crime de responsabilidade perante o Tribunal de Justiça desse Estado. Considerando as normas válidas e eficazes da Constituição do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que o Tribunal de Justiça:

- (A) não tem competência originária para julgar nenhuma autoridade por crime de responsabilidade;
- (B) somente tem competência originária para julgar os Juízes de Direito por crimes de responsabilidade;
- (C) tem competência originária para julgar certas autoridades por crime de responsabilidade, estando o presidente de empresa pública entre elas;
- (D) somente possui competência recursal para julgar os acusados de crimes de responsabilidade;
- (E) tem competência originária para julgar certas autoridades por crime de responsabilidade, não estando o presidente de empresa pública entre elas.

20

A disciplina estabelecida na Constituição do Estado de Santa Catarina, afeta à Administração Pública estadual, permite afirmar que:

- (A) a Administração Pública indireta é formada apenas por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, de natureza empresarial;
- (B) a constituição e a extinção de sociedades de economia mista devem ser autorizadas em lei;
- (C) a Administração Pública indireta é formada apenas por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, de natureza autárquica;
- (D) somente a constituição de subsidiárias de sociedades de economia mista deve ser autorizada em lei, não a sua extinção;
- (E) somente a constituição de sociedades de economia mista deve ser autorizada em lei, não a sua extinção.

21

O Estado de Santa Catarina, por meio de delegação legal, criou uma autarquia estadual para prestar determinado serviço público, observadas as formalidades legais. Trata-se de fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, conhecido como:

- (A) desagregação;
- (B) desdobramento;
- (C) descentralização;
- (D) desmembramento;
- (E) desconcentração.

22

Maria, deficiente visual, dirigiu-se ao posto de saúde municipal para consulta de urgência, com dor abdominal aguda. A paciente foi encaminhada para exame de raio X. Mesmo estando cientes da deficiência visual da cidadã, os funcionários da unidade de saúde não adotaram as medidas pertinentes consistentes em cuidados especiais com a locomoção e acomodação de Maria para evitar acidentes e, durante o exame, a paciente sofreu uma queda. O tombo ocasionou-lhe traumatismo crânio-encefálico, causa de sua morte, que ocorreu dois dias depois. No caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil:

- (A) exclusiva, direta e pessoal de todos os funcionários que agiram com culpa;
- (B) subjetiva do Município, sendo imprescindível a comprovação da culpa de seus agentes;
- (C) solidária entre o Município e os funcionários que agiram com culpa;
- (D) subsidiária do Município, que somente responde pelos danos causados por seus agentes caso eles sejam insolventes;
- (E) objetiva do Município, sendo desnecessário comprovar o elemento subjetivo de seus agentes.

23

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar o seguinte sobre a licença-prêmio:

- (A) o servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão faz jus a três meses de licença-prêmio, a cada quinquênio de efetivo exercício;
- (B) é permitida a conversão da licença-prêmio em pecúnia, em valor não inferior a cinquenta por cento da remuneração do servidor;
- (C) a requerimento do servidor, a licença-prêmio será gozada de forma fracionada, em parcelas não inferiores a cinco dias;
- (D) interrompe-se a contagem do quinquênio, se o servidor sofrer, no período, pena de suspensão ou faltar ao serviço, sem justificção, por mais de dez dias;
- (E) após cada triênio de serviço público estadual, o servidor ocupante de cargo efetivo faz jus a licença-prêmio, com remuneração integral, pelo período de um mês.

24

Alexandre é servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e está lotado no gabinete de determinado desembargador. Em matéria de regime jurídico, com amparo no texto constitucional, é correto afirmar que a Alexandre:

- (A) não se aplica a vedação constitucional de acumulação de cargos e empregos públicos;
- (B) não se aplica o teto constitucional de remuneração de servidores públicos;
- (C) aplica-se o benefício do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- (D) aplica-se a estabilidade, após três anos de efetivo exercício;
- (E) aplica-se o chamado regime geral de previdência social.

25

Os agentes administrativos gozam de uma série de prerrogativas de direito público que permitem ao Estado alcançar os fins a que se destina. Nesse contexto de poderes administrativos, é correto afirmar que o poder:

- (A) discricionário possibilita ao administrador adotar qualquer postura com base em seu interesse particular, desde que alegue atender à finalidade pública;
- (B) regulamentar está relacionado à prerrogativa da Administração de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação;
- (C) de polícia é exclusivamente exercido pelas forças de segurança pública, tais como as polícias militar e civil na esfera estadual;
- (D) soberano é titularizado temporariamente pelo Chefe do Poder Executivo, enquanto estiver no efetivo exercício do mandato eletivo;
- (E) jurisdicional é exercido pelo Chefe do Poder Executivo, nos casos que envolvam questões administrativas afetas à sua esfera de poder.

26

Antônio, servidor público estadual ocupante do cargo efetivo de médico, lotado na Secretaria Estadual de Saúde, exigiu, para si, diretamente, a quantia de dez mil reais, a fim de elaborar laudo médico que atestasse a incapacidade laborativa da igualmente servidora estadual Paula. Por conta da narrada exigência de vantagem indevida, Antônio cometeu crime de:

- (A) concussão;
- (B) peculato;
- (C) exercício ilegal da medicina;
- (D) corrupção ativa;
- (E) corrupção passiva.

27

Cometeu crime previsto na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), aquele que:

- (A) praticou delito de homicídio, matando um funcionário público que, à época do ilícito, era integrante da Comissão Permanente de Licitação;
- (B) apropriou-se, na qualidade de funcionário público, de valor de que detinha a posse em razão do cargo, que seria utilizado para pagar sociedade empresária vencedora de licitação;
- (C) desviou, para si, valendo-se da função pública que exerce, os bens adquiridos pelo poder público após processo licitatório;
- (D) frustrou, mediante ajuste, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- (E) subtraiu, para si, coisa alheia móvel decorrente da adjudicação do objeto da licitação, mediante grave ameaça ou violência à pessoa.

28

Felix, oficial de justiça, foi à casa de André para dar cumprimento a mandado de citação em ação penal em que este figurava como réu. No local, encontrou o denunciado, que arrumava suas malas para fugir do país. Diante da situação, resolveu solicitar R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para certificar que o acusado não foi localizado na diligência, o que foi efetivamente realizado mediante pagamento da quantia.

O crime praticado por Felix foi de:

- (A) corrupção passiva;
- (B) prevaricação;
- (C) corrupção ativa;
- (D) modificação ou alteração não autorizada no sistema de informações;
- (E) concussão.

29

O Art. 359-D do Código Penal prevê o crime de Ordenação de despesa não autorizada, prevendo o preceito primário “ordenar despesa não autorizada por lei”.

Sobre tal delito, é correto afirmar que:

- (A) é norma penal em preto, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal é utilizada para complementar o tipo;
- (B) admite a modalidade culposa de acordo com o Código Penal;
- (C) é classificado como crime de conduta omissiva;
- (D) consuma-se apenas quando é efetivada a despesa não autorizada por lei, não bastando a simples ordenação;
- (E) é crime próprio, pois o sujeito ativo é o funcionário público competente para ordenar despesa.

30

Na relação entre o funcionário ocupante de cargo público e a Administração Pública existe um especial dever de lealdade e confiança, pois aquele passa a ter conhecimento sobre determinados fatos apenas em razão de sua função, fatos estes que muitas vezes são sigilosos e não podem ser revelados. Considerando isso, analise os itens a seguir:

I – revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo;

II – modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação da autoridade competente;

III – facilitar revelação de fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo.

Pratica o crime de Violação de Sigilo Funcional, previsto no Art. 325 do Código Penal, aquele que realiza as condutas previstas nos seguintes itens:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

Conhecimentos Específicos

31

Uma empresa redefiniu sua estratégia de negócio, criou novas linhas de produto e adotou novas tecnologias de produção. Para dar sustentação à estratégia, investiu fortemente em treinamento. A diretora de recursos humanos precisa avaliar os resultados do treinamento e gostaria de fazer essa avaliação no nível organizacional e no nível de recursos humanos. Serviriam como indicadores de resultados do treinamento no nível organizacional e no nível de recursos humanos, respectivamente:

- (A) melhoria da imagem da empresa e aumento da eficácia organizacional;
- (B) melhoria da qualidade de vida no trabalho (QVT) e redução do índice de acidentes no trabalho;
- (C) redução do absenteísmo e redução do índice de acidentes no trabalho;
- (D) melhoria do clima organizacional e retorno dos investimentos em treinamento;
- (E) melhoria da imagem da empresa e redução do absenteísmo.

32

Uma empresa de grande porte tem um número significativo de funcionários jovens, oriundos de excelentes universidades. Nos últimos dois anos, vêm aumentando os pedidos de desligamento desses funcionários, boa parte alegando “falta de perspectiva de crescimento na empresa”. Preocupado, o diretor de recursos humanos quer propor um método de desenvolvimento de pessoas que proporcione orientação e suporte para o crescimento profissional dos melhores talentos dentro da organização. Seria um método apropriado:

- (A) tutoria;
- (B) aprendizagem prática;
- (C) exercícios de simulação;
- (D) jogos de empresa;
- (E) rotação de cargos.

33

Uma empresa enfrentou uma série de problemas em seu processo produtivo, no atendimento aos clientes e houve até vazamento de informações para os concorrentes. A cúpula da empresa decidiu adotar controles preventivos, a fim de evitar que os problemas se repitam. São formas de controle preventivo:

- (A) avaliação de desempenho dos trabalhadores e demonstrativos financeiros;
- (B) inspeção de matérias-primas e controles estatísticos do processo produtivo;
- (C) avaliação de desempenho dos trabalhadores e controles estatísticos do processo produtivo;
- (D) testes de seleção de recursos humanos e inspeção de matérias-primas;
- (E) testes de seleção de recursos humanos e demonstrativos financeiros.

34

Um supervisor trabalha com uma equipe de quatro colaboradores e percebe que o grupo está desmotivado e realizando o trabalho de forma desinteressada. Eles têm pouca qualificação formal e cada um executa tarefas muito simples e específicas. O supervisor gostaria de estimular a motivação, buscando aumentar a satisfação dos colaboradores e evitar a alienação. Na situação descrita, seria adequado adotar:

- (A) reforços positivos;
- (B) rotatividade de cargo;
- (C) enriquecimento do cargo;
- (D) reforços negativos;
- (E) expansão do cargo.

35

Ao retornar de férias, uma gerente encontrou 500 novas mensagens em sua caixa de correio eletrônico. Poucos dias depois, seu chefe perguntou-lhe por que não havia respondido adequadamente a uma determinada mensagem, que continha informações importantes. A barreira à comunicação que melhor explica o que pode ter havido é:

- (A) percepção seletiva;
- (B) sobrecarga de informações;
- (C) filtragem;
- (D) linguagem;
- (E) gênero.

36

A diretora de recursos humanos de uma empresa que adota o *balanced scorecard* como ferramenta de gestão precisa propor indicadores relativos à categoria “motivação, *empowerment* e alinhamento”, dentro da perspectiva “aprendizado e crescimento”. É um indicador adequado para essa categoria:

- (A) número de sugestões por funcionário;
- (B) rotatividade;
- (C) lucratividade por funcionário;
- (D) índice de cobertura das informações estratégicas;
- (E) lançamento de novos produtos.

37

Um diretor de marketing afirmou que a maior parte de seu tempo era dedicada a funções de planejamento. É uma função de planejamento, na área de marketing:

- (A) distribuição dos vendedores por área geográfica;
- (B) avaliação da satisfação dos clientes;
- (C) estruturação do departamento de marketing;
- (D) definição da estratégia comercial;
- (E) atribuição de bônus aos vendedores.

38

Um gerente foi descrito por seus subordinados como “um verdadeiro herói, capaz de inspirar a todos, sem medo de ousar e de inovar; ele nos faz perceber que somos capazes de atingir as metas propostas, por mais difíceis que pareçam”. O gerente pode ser caracterizado como um líder:

- (A) democrático;
- (B) liberal;
- (C) autocrático;
- (D) participativo;
- (E) carismático.

39

Um supervisor enfrenta rotineiramente o problema de atraso de funcionários e precisa decidir que ação tomar. O tipo de decisão caracterizada e o método de decisão mais adequados são, respectivamente:

- (A) específica; julgamento do decisor;
- (B) não programada; regras organizacionais;
- (C) programada; regras organizacionais;
- (D) estratégica; julgamento do decisor;
- (E) singular; regras organizacionais.

40

O supervisor de produção de uma empresa fabricante de autopeças observou um aumento no número de peças fora dos padrões definidos. O supervisor gostaria de monitorar continuamente as atividades, adotando um controle simultâneo. Um controle simultâneo adequado seria:

- (A) inspeção de matérias-primas;
- (B) programa de manutenção preventiva;
- (C) controle estatístico do processo;
- (D) controle de qualidade das peças produzidas;
- (E) definição de regras e procedimentos de produção.

41

A estrutura governamental brasileira se divide em União, Distrito Federal, Estados e Municípios, cada qual com capacidade de autolegislação, autorregulação e autoarrecadação. Contudo, no pacto federativo brasileiro, após a reforma fiscal de 1995, parte das receitas geradas pelos estados são centralizadas na União, que mantém a prerrogativa de formular políticas, fiscalizar sua implementação e redistribuí-las diretamente aos municípios, para que sejam aplicadas em políticas universalistas. Os objetivos da aplicação desse mecanismo de transferência de renda são:

- (A) aumentar a autonomia das unidades da federação, permitir a disputa entre elas e a articulação direta entre mercado e unidades, e reduzir os custos de aplicação de políticas universalistas;
- (B) reduzir a influência e a independência das unidades da federação, suavizar as disparidades entre estas e reduzir os custos de aplicação das políticas universalistas;
- (C) reduzir a interdependência das unidades da federação, suavizar as disparidades entre elas e manter os custos de aplicação das políticas universalistas;
- (D) aumentar a influência de governadores e políticos locais e aumentar as fontes de renda de unidades da federação com maior capacidade de arrecadação;
- (E) incentivar a disputa fiscal entre unidades da federação, fornecer igualdade de condições entre as diferentes regiões do país e fomentar a aplicação de políticas universalistas.

42

A Administração Pública brasileira é regida por princípios definidos na Constituição de 1988. Estes determinam condições para o bom funcionamento do aparelho do Estado e órgãos públicos, orientando principalmente a ação dos servidores públicos no exercício de suas funções. O servidor que, no exercício de sua função, realiza ações legais de forma oculta ou interfere na fiscalização de qualquer tipo de atividade contraria o princípio da:

- (A) legalidade;
- (B) impessoalidade;
- (C) moralidade;
- (D) publicidade;
- (E) eficiência.

43

O modelo de bem-estar social caracterizado por garantir a todos os cidadãos serviços essenciais, mesclando mecanismos de renda mínima, redistribuição e substituição de renda, respeitando mínimos historicamente definidos e equipamentos coletivos públicos para prestação de serviços, é denominado:

- (A) residual;
- (B) residual-institucional;
- (C) meritocrático-institucional;
- (D) meritocrático-particularista;
- (E) institucional-redistributivo.

44

Podemos compreender como Políticas Públicas o conjunto de ações, planos, metas e objetivos traçados pelos governos a fim de alcançar o bem-estar social. Assim, a formulação de Políticas Públicas, bem como a determinação do bem-estar da sociedade, é atribuição do governo e não da sociedade. Entretanto, a sociedade e seus diversos grupos de interesse podem participar de parte do processo de formulação dessas Políticas. A parte do processo em que há participação direta da sociedade e de seus grupos de interesse é:

- (A) a formação de agenda;
- (B) a formulação de diretrizes;
- (C) o processo de tomada de decisão;
- (D) a implementação;
- (E) a avaliação.

45

O Orçamento Público no Brasil é definido anualmente pela Lei Orçamentária Anual, que visa atender aos objetivos e metas descritos no Plano Plurianual. Para tanto, deve seguir as orientações apresentadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), onde se encontram descritos os Grupos de Natureza de Despesa (GND), que agregam elementos de despesa de mesmas características. O GND no qual estão agregadas despesas relativas à execução de obras, à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e, ao aumento do capital do Estado sem caráter comercial ou financeiro é:

- (A) GND 1: Pessoal e Encargos Sociais;
- (B) GND 2: Juros e Encargos da Dívida;
- (C) GND 3: Outras Despesas Correntes;
- (D) GND 4: Investimentos;
- (E) GND 5: Inversões Financeiras.

46

As Parcerias Público-Privadas (PPP) são mecanismos de atuação conjunta do Estado com a iniciativa privada, que assumem formas variadas e permitem a flexibilização da ação do Estado em diversas áreas. Essa interação entre o setor público e a iniciativa privada pode ocorrer de diversas maneiras, determinadas por mecanismos e laços contratuais. Os problemas mais comuns nas PPP são provenientes da chamada relação Principal-Agente. Dentre esses problemas, é possível identificar:

- (A) o alto custo dos mecanismos de controle e o baixo nível de flexibilização da atuação estatal;
- (B) os mecanismos de supervisão insuficientes e as dificuldades na execução correta do projeto;
- (C) os projetos altamente detalhados e os custos elevados de execução;
- (D) a total responsabilização dos agentes privados;
- (E) o aumento dos gastos do Estado com planejamento e manutenção de serviços.

47

As Agências Reguladoras são fruto da necessidade do Estado de exercer controle sobre bens e serviços, cuja responsabilidade de prover, anteriormente, era sua e, atualmente, recai sobre outros atores. As Agências Reguladoras apresentam desenho institucional definido e possuem autonomia para tomar decisões. Contudo, existem mecanismos que permitem ao governo manter o controle das mesmas, dentre eles, a estrutura burocrática rígida e predefinida. No Brasil, essa estrutura é comum a todas as Agências Reguladoras e representa o seguinte tipo de mecanismo de controle:

- (A) *Ex ante*;
- (B) *Ad hoc*;
- (C) *Ex post*;
- (D) direto;
- (E) indireto.

48

As reformas do aparelho do Estado buscam mudar a estrutura e a governança das organizações estatais, para tornar a ação estatal mais flexível e eficiente. A gestão por resultados é um dos instrumentos de reforma cujo foco se encontra na eficiência da ação estatal. O mecanismo utilizado para aprimoramento da ação estatal na gestão por resultados é:

- (A) *accountability*;
- (B) delegação de funções;
- (C) flexibilização das relações de trabalho;
- (D) centralização do instrumento de controle;
- (E) engessamento dos mecanismos de tomada de decisão.

49

A gestão por resultados é parte da nova Administração Pública, altamente recomendada por se tratar da tradução dos objetivos das Políticas Públicas em resultados. Essa nova metodologia de gestão vai de encontro aos problemas e mecanismos comuns da Administração Pública. Alguns desses mecanismos são:

- (A) alta capacitação de funcionários e manutenção de estruturas burocráticas robustas;
- (B) coordenação por supervisão direta, padronização de procedimentos e de habilidades;
- (C) patrimonialismo, insulamento burocrático e clientelismo;
- (D) coordenação por supervisão indireta, flexibilização de procedimentos e multiplicidade de habilidades;
- (E) distribuição de funções, enrijecimento de estruturas burocráticas e práticas paternalistas.

50

Na Administração Pública, a contratação de serviços por meio de licitação visa garantir o melhor atendimento ao interesse público. Entretanto, existem situações legais, distintas entre si, em que é possível a inexigibilidade ou dispensa de realização de processo licitatório, como é o caso:

- (A) da inviabilidade de competição, por ser singular o fornecedor do bem ou serviço;
- (B) da existência de uma necessidade específica a ser atendida;
- (C) da participação de um fornecedor em um processo licitatório prévio;
- (D) de, apesar da viabilidade da competição, esta se tornar inexigível por seus malefícios serem superiores aos benefícios ao interesse público;
- (E) da qualidade superior de um determinado fornecedor com relação aos outros.

Texto I: No orçamento de um ente da federação, a previsão total de receitas para um exercício foi de R\$ 240 milhões. As receitas lançadas totalizaram R\$ 220,5 milhões. Foram arrecadados R\$ 215 milhões e recolhidos R\$ 213,5 milhões no período.

Quanto às despesas, 95% do valor fixado foi empenhado, R\$ 205 milhões foram liquidados, R\$ 200 milhões foram pagos e R\$ 28 milhões foram inscritos em restos a pagar.

51

A partir do informado no texto I e de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, em termos de execução orçamentária, a receita realizada (em milhões de reais) foi de:

- (A) 213,5;
- (B) 215;
- (C) 220,5;
- (D) 240;
- (E) 428,5.

52

A partir do informado no texto I e de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, em termos de execução orçamentária, a despesa executada (em milhões de reais) foi de:

- (A) 28;
- (B) 200;
- (C) 205;
- (D) 228;
- (E) 240.

53

Conforme as normas vigentes no Brasil, nas entidades públicas os sistemas de contabilidade devem ser organizados em subsistemas que gerem informações específicas, de acordo com as necessidades dos usuários. Constitui uma informação gerada no âmbito do subsistema de informações patrimoniais:

- (A) resultado nominal;
- (B) resultado orçamentário;
- (C) programação financeira;
- (D) contrapartidas de acordos;
- (E) custo de bens e serviços.

54

Após receber solicitação de um cidadão acerca dos empenhos relativos a obras de engenharia realizados pela entidade em um determinado período em um órgão público, o contador informou que só iria disponibilizar tais informações no relatório bimestral. Essa prática fere diretamente um dos objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público que é o(a):

- (A) controle de custos;
- (B) controle financeiro;
- (C) acompanhamento da gestão de recursos;
- (D) transparência da prestação de contas;
- (E) instrumentalização do controle social.

55

A prática de elaboração de um orçamento para as atividades governamentais tem origem na Inglaterra e apresentou diversas características que marcam sua evolução ao longo do tempo. O método de elaboração de orçamento em que a cada novo exercício deve haver justificativa detalhada dos recursos solicitados é o orçamento:

- (A) programa;
- (B) por desempenho;
- (C) participativo;
- (D) base zero;
- (E) operacional.

56

A prática de subestimar a previsão de receitas ou ainda de não incluir receitas que se espera arrecadar na proposta orçamentária, com vistas a obter maior flexibilidade na alocação de recursos durante a execução orçamentária, está em desacordo com o princípio do(a):

- (A) anualidade;
- (B) legalidade;
- (C) orçamento bruto;
- (D) unidade;
- (E) universalidade.

57

Os instrumentos de planejamento vigentes no Brasil, PPA, LDO e LOA, são integrados e devem ser elaborados de acordo com os prazos legais para que possam contribuir efetivamente no processo de planejamento. Se na esfera estadual houve eleições no ano de 2010 e os prazos do processo orçamentário foram obedecidos, é correto afirmar que:

- (A) em 2011 entrou em vigor um novo PPA;
- (B) a LOA do segundo ano do mandato foi elaborada pela gestão anterior;
- (C) a LDO do segundo ano de mandato foi aprovada antes do PPA correspondente;
- (D) o governo eleito em 2010 foi responsável pela execução de todos os programas do PPA elaborado na gestão;
- (E) a LOA do último ano do PPA da gestão foi elaborada pelo governo seguinte.

58

As competências dos poderes em matéria orçamentária, os conteúdos e os prazos dos instrumentos de planejamento são tratados na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei nº 4.320/1964. O Poder Executivo envia a proposta orçamentária no prazo estabelecido no ADCT, mas poderá propor modificações:

- (A) antes do início do exercício a que o orçamento se refere;
- (B) antes de iniciada a discussão do orçamento;
- (C) antes de encerrada a votação do orçamento;
- (D) antes de iniciada a votação da parte a que se refere a alteração;
- (E) antes da proposição de emendas pelos parlamentares.

59

Anexos que contenham o detalhamento de programas temáticos, de programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado e de órgãos responsáveis por programas de governo são conteúdos que devem ser apresentados no(a):

- (A) Lei Orçamentária Anual;
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (C) Plano Plurianual;
- (D) Relatório de Gestão Fiscal;
- (E) Prestação de Contas Anual.

60

Durante a execução orçamentária, em face da necessidade de inclusão de despesas não previstas no orçamento, ou ainda de aumento de dotações existentes, as entidades utilizam os créditos adicionais. A abertura de tais créditos requer a indicação de fonte de recursos. O excesso de arrecadação é uma fonte prevista em lei, cuja apuração do saldo disponível deve:

- (A) acrescentar o produto de operações de crédito autorizadas;
- (B) acrescentar o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;
- (C) excluir as operações de crédito vinculadas;
- (D) excluir o montante de créditos adicionais reabertos no exercício;
- (E) excluir o montante de créditos extraordinários abertos no exercício.

61

Durante a execução orçamentária, as receitas e despesas não se executam de forma perfeitamente ajustada, para isso a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de desembolsos. De acordo com as disposições legais relativas à programação financeira e ao cronograma de desembolsos:

- (A) as metas de arrecadação são desdobradas em cotas trimestrais;
- (B) as operações extraorçamentárias não são incluídas na programação financeira;
- (C) o cronograma de desembolsos é de execução mensal;
- (D) os recursos legalmente vinculados não precisam ser desdobrados em metas de arrecadação;
- (E) por ser objeto de publicação oficial, o cronograma só pode ser alterado com autorização legislativa.

62

Ao final de um determinado exercício, o Estado de Santa Catarina apurou o montante de R\$ 5,7 bilhões de Receita Corrente Líquida. A partir dessa referência, o limite prudencial da despesa total com pessoal do Poder Judiciário naquele exercício é (em milhões de reais):

- (A) 114;
- (B) 171;
- (C) 307,8;
- (D) 324,9;
- (E) 342.

63

A parte I do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que aborda os Procedimentos Contábeis Orçamentários, trata da classificação orçamentária por fontes e destinações de recursos. Acerca dessa classificação, analise as afirmativas a seguir.

I) Um mesmo código é utilizado para o controle das destinações da receita orçamentária e para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.

II) O controle das disponibilidades financeiras por fonte e destinação de recursos deve ser feito apenas durante a execução orçamentária.

III) O princípio da não vinculação de receitas veda a apresentação das receitas por vinculação de recursos na proposta orçamentária.

IV) Na destinação ordinária ocorre a alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) I e IV;
- (D) II e III;
- (E) III e IV.

64

Um determinado órgão público recebeu notificação de cobrança de um credor que havia fornecido bens ao órgão no exercício anterior, mas que estava pendente em decorrência de não conformidade com a descrição do empenho, que foi anulado. Ao final do exercício em curso o fornecimento foi atestado e o credor reclamou o pagamento.

Tal pagamento se enquadra como:

- (A) compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício;
- (B) despesas não processadas na época própria;
- (C) despesas extraorçamentárias;
- (D) restos a pagar processados;
- (E) restos a pagar não processados.

65

Em determinado exercício, um ente público obteve R\$ 16 milhões em receitas de origem tributária e empenhou despesas de R\$ 15,2 milhões. Das despesas executadas, os valores dos serviços prestados e materiais recebidos efetivamente representam R\$ 14 milhões, dos quais 10% ficaram pendentes de pagamento. No início do exercício o ente público apresentava saldo de caixa igual a zero.

A partir das informações dadas, é correto afirmar que:

- (A) houve excesso de arrecadação;
- (B) houve economia orçamentária de R\$ 1,2 milhão;
- (C) o resultado orçamentário foi superavitário;
- (D) o saldo final de caixa no exercício foi de R\$ 2 milhões;
- (E) o montante inscrito em restos a pagar foi de R\$ 1,4 milhão.

66

A despesa total com pessoal de um órgão ultrapassou o limite definido na Lei de Responsabilidade Fiscal no segundo quadrimestre de 2011, em R\$ 75.000,00. Considerando exclusivamente as informações dadas e as normas para recondução ao limite, o órgão deverá:

- (A) eliminar ao menos 10% do excedente no quadrimestre subsequente;
- (B) eliminar pelo menos 1/3 do excesso até o primeiro quadrimestre de 2012;
- (C) eliminar todo o excedente até o final do exercício em que o limite foi ultrapassado;
- (D) reduzir o excedente em pelo menos R\$ 37.500,00 até o final do exercício;
- (E) reduzir todo o excedente até o primeiro quadrimestre de 2012.

67

O Relatório de Gestão Fiscal é de elaboração obrigatória pelos Poderes e órgãos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), porém com diferenças na periodicidade de publicação dos anexos. No que tange à obrigatoriedade de relatórios a serem elaborados pelos órgãos do Poder Judiciário, o Manual de Demonstrativos Fiscais orienta que:

- (A) o Demonstrativo da Despesa com Pessoal é o único anexo obrigatório em todos os quadrimestres;
- (B) o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal são anexos obrigatórios em todos os quadrimestres;
- (C) o Demonstrativo da Despesa com Pessoal é obrigatório apenas no último quadrimestre;
- (D) o Demonstrativo da Dívida Consolidada é anexo obrigatório apenas no último quadrimestre;
- (E) o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal é obrigatório apenas para o Poder Executivo, que consolida todos os Poderes.

68

No exercício de 2014, um ente público foi notificado pelo banco do recebimento, acrescido de juros e multas, de valores lançados como receitas tributárias no exercício de 2009, mas não pagas no vencimento. O valor total foi de R\$ 127.000,00, sendo R\$ 7.000 relativos a juros e multas. O pagamento se deu após comunicação ao sujeito passivo da inscrição da dívida em seu nome. O recebimento de tais receitas deverá ser reconhecido:

- (A) como receitas extraorçamentárias, R\$ 127.000,00, pois foram lançadas em exercícios anteriores;
- (B) o principal como receita tributária, R\$ 120.000,00, e os juros e multas como receitas extraorçamentárias, R\$ 7.000,00;
- (C) como receitas tributárias, R\$ 127.000,00, no exercício em que se deu o recebimento;
- (D) o principal como receita tributária, R\$ 120.000,00, e os juros e multas como outras receitas correntes, R\$ 7.000,00;
- (E) como outras receitas correntes, R\$ 127.000,00, no exercício em que se deu o recebimento.

Quadro I – Dados extraídos do sistema de contabilidade de um órgão público referentes ao segundo bimestre em um determinado exercício.

Receitas		Despesas	
Impostos	1.000,00	Folha de pagamento	1.300,00
Taxas	200,00	Juros	250,00
Contribuições sociais	450,00	Atualizações cambiais da dívida	100,00
Multas	100,00	Multas	50,00
Juros	150,00	Material de consumo	450,00
Dívida Ativa	350,00	Aluguéis	600,00
Transferências correntes	1.500,00	Doações e auxílios	200,00
Operações de crédito	700,00	Diárias	300,00
Aluguéis	250,00	Aquisição de softwares	550,00
Serviços	150,00	Pagamento do principal da dívida	400,00
Amortização de empréstimos	300,00	Execução de obras	800,00
Depósitos em garantia	250,00	Aquisição de móveis	400,00
		Pagamento de restos a pagar	250,00

69

A partir das informações do Quadro I e das disposições legais e normativas relativas à classificação das receitas públicas, é correto afirmar que:

- (A) as receitas tributárias foram de 1.650,00;
- (B) não houve recebimento de receitas extraorçamentárias;
- (C) as receitas de capital totalizaram 1.250,00;
- (D) as receitas correntes representam menos de 2/3 do total arrecadado;
- (E) mais de 1/3 das receitas correntes não foram arrecadadas pelo ente.

70

A partir das informações do Quadro I e das disposições legais e normativas relativas à classificação das despesas públicas, é correto afirmar que:

- (A) as despesas correntes representam mais de 2/3 das despesas executadas no período;
- (B) as despesas extraorçamentárias foram de 350,00;
- (C) houve redução do endividamento no período;
- (D) as despesas de capital totalizaram 2.250,00;
- (E) houve equilíbrio no orçamento corrente.

Realização

